

SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO

Termo de Referência 112/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
112/2026	120072-SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO	LIVIA VIESSER	14/05/2026 10:56 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		67613.070097 /2025- 47

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 67613.070097/2025-47)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de locação de 01 (um) analisador hematológico multi paramétrico automatizado, para a realização nos termos de exames de Hematologia, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR AUTOMATIZADO DE HEMATOLOGIA.</p> <p>Incluso no valor da locação:</p> <p>- Todos os serviços, materiais e insumos necessários à operação e manutenção preventiva/corretiva do equipamento, tais como: racks, descartáveis (exemplo: tubos de coleta), controles (3 níveis - normal, médio e aumentado), calibradores, impressora, tonner (ou equivalente),</p>	8958	Mês	12	R\$ R\$ 10.216,11	R\$ 122.593,32

bem como todo e qualquer outro material indispensável ao seu perfeito funcionamento.					
- A CONTRATADA deverá fornecer os reagentes e insumos necessários para realização dos exames de hematologia mensalmente, conforme <u>demand</u> a da CONTRATANTE.					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação será caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que se trata de locação de equipamento laboratorial com fornecimento de reagentes e insumos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. Prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura contratual, podendo ser prorrogável por mais 108 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. As informações podem ser encontradas nos tópicos "Descrição da necessidade" e "Descrição dos Requisitos da Contratação" no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Especificações Técnicas

3.1.1. Equipamento analisador automatizado de hematologia

3.1.1.1. Equipamento, tubos de amostras, controles e reagentes registrados na ANVISA/MS;

3.1.1.2. O equipamento deverá: ser novo ou com no máximo 02 (dois) ano de uso e, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, em perfeito estado de funcionamento, possuir declaração do fabricante de que este ainda se encontra em linha de produção, e Manual de Boas Práticas de Fabricação, Controle do fabricante ou de Armazenagem e Distribuição expedidos pela ANVISA;

- 3.1.1.2.1 Análise de amostras (independente do volume - tubo ou micro tubo) nos modos "aberto" e "fechado";
- 3.1.1.2.2. Permitir a análise de amostras em tubos primários de 2,0mL, 4,0mL e de 500uL (micro tubo), ou seja, o equipamento deve funcionar perfeitamente com qualquer tipo de tubo de amostra em sistema fechado (ou carregamento contínuo) e possuir sistema especial para análise em micro tubo; a demais, deve funcionar adequadamente com os tubos de EDTA disponíveis no laboratório.
- 3.1.1.2.3. Com dispositivo tipo "rack" para carregamento contínuo e automático de espécimes;
- 3.1.1.2.4. Deverá realizar homogeneização da amostra por inversão.
- 3.1.1.3. O equipamento deverá ter capacidade para a realização mensal de aproximadamente 1.000 hemogramas /mês e, no mínimo, 60 amostras/hora.
- 3.1.1.4. Deverá conter leitor de código de barras e realizar a leitura de reagentes, calibradores e amostras;
- 3.1.1.5. Fornecer, durante a vigência contratual, peças, consumíveis (calibradores, controles e outros) e serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como os materiais e insumos necessários à operação do equipamento, sem custos extras à contratante, tais como: descartáveis, padrões, calibradores, controles, impressora, e qualquer outro indispensável.
- 3.1.1.5.1. Prover fonte de alimentação elétrica própria, a qual garanta seu funcionamento pelo período mínimo de 30 minutos quando da falta de energia elétrica;
- 3.1.1.6. Todos os reagentes deverão ser compatíveis com o equipamento ofertado e prontos para uso ou seja, sem necessidade de preparo prévio para utilização;.
- 3.1.1.7. Capacidade para pelo menos os seguintes parâmetros (WBC, RBC, HGB, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT-1, RDW-SD, RDW-CV, PDW, MPV, P-LCR, PCT, NEUT#, LINFO#, MONO#, EOS#, BASO#, NEUT%, LINFO%, MONO%, EOS%, BASO%, IG#, IG%, sendo a diferencial de série branca em seis partes.
- 3.1.1.7.1. Dados de linearidade: WBC até o mínimo de $440 \times 10^3 /\mu\text{L}$, dentro de $\pm 2\%$ hemoglobina de 0,0 a 26,0 g/dL, dentro de $\pm 2\%$ RBC até no mínimo $8 \times 10^6 /\mu\text{L}$, dentro de $\pm 6\%$ plaquetas de 1001 a $5000 \times 10^3 /\mu\text{L}$
- 3.1.1.7.2. Coeficiente de variação para WBC até 3%, RBC até 1,5%, Hemoglobina até 1,5% e Plaquetas de até 4%.
- 3.1.1.7.3. Carryover de no máximo 1% para WBC, RBC, hemoglobina e plaquetas.
- 3.1.1.8. Análise de amostras leucopênicas e trombocitopênicas com precisão;
- 3.1.1.9. O equipamento deverá ter a opção para ativação do modo específico para líquidos biológicos com os seguintes parâmetros: WBC, RBC, mononucleares e polimorfonucleares.
- 3.1.1.10. Utilizar metodologia de citometria de fluxo fluorescente para série branca, impedância com fluxo focado ou foco hidrodinâmico para plaquetas e eritrócitos, e metodologia colorimétrica livre de cianeto para dosagem de hemoglobina.
- 3.1.1.11. Volume máximo de aspiração da amostra de 26 μL ;
- 3.1.1.12. Equipamento com possibilidade de inclusão do módulo para realização de VHS automatizado (Velocidade de hemossedimentação);
- 3.1.1.13. Acesso randômico e contínuo, permitindo facilidade na inclusão e retirada de amostras, e execução randômica de amostras emergenciais;
- 3.1.1.14. Com dispensação automática de diluente, para diluição de amostras.
- 3.1.1.15. Realizar a lavagem interna e externa automaticamente;
- 3.1.1.16. Possuir sistema de detecção de obstrução vertical e monitoramento do nível de amostras e reagentes, além de proteção contra colisão da sonda e sistema de detecção de coágulo;

3.1.1.17. Reagente com estabilidade mínima “on board” de 2 meses e calibração por lote do teste;

3.1.1.18. A metodologia empregada na contagem dos parâmetros da série vermelha, especialmente na determinação da Concentração de Hemoglobina Corpuscular Média (CHCM), deve ser robusta e devidamente validada, de modo a minimizar -dentro das condições operacionais estabelecidas - interferências decorrentes de variações de temperatura ambiente.

3.1.1.18.1. O equipamento e/ou sistema analítico deve dispor de mecanismos de controle e compensação térmica automática, ou apresentar estabilidade devidamente comprovada por validação técnica, de forma a assegurar a exatidão, a precisão e a reprodutibilidade dos resultados, independentemente das variações térmicas do ambiente de instalação, em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas laboratoriais aplicáveis.

3.1.1.19. Se necessário para seu funcionamento, o equipamento deverá acompanhar computador. O software deve ser intuitivo, em português, com funções de gerenciamento e registro de volume e validades de reagentes por código de barras para maior rastreabilidade, com atualização automática dos volumes, recursos de controle de qualidade com gráficos, regras de Westgard e Levey-Jennings e leitor de código de barras para identificação de amostras;

3.1.1.20. Deverá ter portas para leitor de código de barras manual, impressora e conexões de dispositivos USB;

3.1.1.21. O equipamento deverá ser de bancada, com dimensões compatíveis com bancada já existente no setor (140 cm de comprimento por 55cm de profundidade), não ultrapassando altura de 70cm e peso de 75kg. Caso bancada não comporte equipamento, deve ser realizada adaptação, sob responsabilidade da contratada e mediante autorização da contratante;

3.1.1.22. Capacidade de armazenamento de dados de, no mínimo, 10.000 registros de pacientes, com suporte à plotagem de pelo menos 300 gráficos por arquivo de controle de qualidade (QC);

3.1.1.23. Capacidade de integração a rede de informação no laboratório (LIS);

3.1.1.24. Permitir interfaceamento de dados entre o equipamento e o software de gestão laboratorial utilizados pela Subseção de Laboratório e Análises Clínicas (SsLAC);

3.1.1.25. a CONTRATADA deverá realizar a instalação e subsidiar, sem ônus a contratante, todos os custos necessários para o interfaceamento no sistema COMPLAB (Mediarte);

3.1.1.26. A contratada deverá realizar a instalação do equipamento, promover o treinamento da equipe técnica e acompanhar sua validação, sem custos adicionais para a Administração. O equipamento somente será considerado recebido após a certificação do farmacêutico responsável pelo setor de Hematologia da Subseção de Laboratório e Análises Clínicas do GSAU-CT.

3.1.1.27. Ser na voltagem de 110v;

3.1.1.2. Fornecimento de manuais de instrução, panfletos, folders ou quaisquer prospectos em língua portuguesa.

3.2. O prazo de entrega do aparelho e dos materiais será de 05 (cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato, no seguinte endereço: SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (CINDACTA II), na Avenida Prefeito Erasto Gaertner, nº 1000, Bacacheri – Curitiba/PR, CEP 82510-901, na Subseção de Laboratório e Análises Clínicas do GSAU-CT

3.3. Para aprovação, o serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Estes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas e sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.4. O item será recebido definitivamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do fim do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, reprodutibilidade e conseqüentemente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese desta verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada,

consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. Ressalta-se que o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável ou pelo representante técnico do fornecedor, não sendo os insumos gastos contabilizados e onerados do quantitativo licitado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa ganhadora do certame deverá se responsabilizar pela coleta e processamento do resíduo químico e biológico produzido durante a operação de análises hematológicas, ou seja, deverá garantir a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos gerados pelos ensaios;

4.1.2. Os insumos e reagentes deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilizem bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.3.1. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.2.. A apólice de seguro garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.3. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.3.4. A apólice de seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.3.6. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.3.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.3.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.3.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.3.11. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.3.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13. Em caso de seguro garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato. 4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 09:30 horas às 11:00 horas, na Subseção de Laboratório e Análises Clínicas do Grupo de Saúde de Curitiba, localizada no endereço: Avenida Erasto Gaertner, nº 1000.

4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.24.1. Orienta-se que o representante legal entre em contato via telefone para realizar o agendamento prévio da visita através do número (41) 3251-5294, durante o horário comercial.

4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.25.1. Esta vistoria ou visita técnica permite verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente.

4.25.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.26. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.27. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A instalação do equipamento, entrega dos reagentes e eventuais manutenções, serão realizadas no Laboratório de Análises Clínicas do GSAU-CT, localizado na Avenida Erasto Gaertner, nº 1000, Bacacheri – Curitiba, Paraná, anexo ao Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II);

5.1.2.2. Qualquer alteração estrutural ou elétrica necessária para a instalação do equipamento devem ser informadas a CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA responsável pela vistoria prévia pré-instalação, para avaliar possíveis alterações necessárias para a instalação dos equipamentos nas dependências do Laboratório de Análises Clínicas do GSAU-CT, e pelos custos decorrentes da modificação;

5.1.2.2.1. A aprovação e recebimento do equipamento ficará condicionado à certificação emitida pelo farmacêutico responsável pelo setor de Hematologia da Subseção de Laboratório e Análises Clínicas do GSAU-CT;

5.1.2.3. A contratada fornecerá equipamento capaz de realizar os procedimentos descritos no quadro de detalhamento abaixo:

EQUIPAMENTO	TESTES
EQUIPAMENTO ANALISADOR AUTOMATIZADO DE HEMATOLOGIA.	1. Hemograma a) Análise de série vermelha: - Hemoglobina (HGB); - Hematócrito (HCT); - Hemácias (RBC); - VCM; - HCM; - CHCM; - RDW-SD e RDW-CV. b) Análise de série branca - Contagem global de leucócitos (WBC); - Diferencial de 6 partes (NEUT#, LINFO#, MONO#, EOS#, BASO#, NEUT%, LINFO%, MONO%, EOS%, BASO%, IG#, IG%). c) Análise de série plaquetária - Plaquetas (PLT-1); - PDW; - MPV; - P-LCR; - PCT.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: o calendário equivale para ambos os equipamentos a serem licitados.

5.1.3.1. Instalação e recebimento provisório do equipamento: até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;

5.1.3.2. Capacitação técnica da equipe da Subseção de Laboratório de Análises Clínicas do GSAU-CT: até 07 (sete) dias após o recebimento provisório do equipamento;

5.1.3.3. Validação técnica do equipamento: até 28 (vinte e oito) dias após o recebimento provisório do equipamento;

5.1.3.4. Atestado de aprovação pelo farmacêutico responsável e recebimento definitivo do equipamento: até 29 (vinte e nove) dias após o recebimento provisório.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Erasto Gaertner, nº 1000. Bacacheri – Curitiba, Paraná. Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II) – Grupo de Saúde de Curitiba (GSAU-CT).

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda à segunda, em período integral.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. A empresa deverá fornecer, instalar e manter, em plenas condições de uso, o equipamento para o procedimento analítico durante o período contratual; ressalta-se que, no momento da instalação, o equipamento de hematologia fornecido deverá ser novo ou possuir, no máximo, 02 (dois) ano de uso e até 05 (cinco) anos de fabricação e estar em linha de fabricação ou montagem - não podendo ser remanufaturado;

5.4.1.1. Caso seja verificado, em qualquer tempo, que o equipamento não atenda as especificações do edital e/ou da proposta, ou de ordem de deficiência técnica e de precisão, o objeto será recusado e a contratada será notificada para que efetue a substituição dentro do prazo de 5 (cinco) dias;

5.4.1.1.1. Se a substituição não for concluída no prazo máximo de entrega, a contratada poderá ser penalizada por sanções prevista em edital;

5.4.2. Os insumos necessários para rotina, controle e calibração dos equipamentos deverão ser fornecidos pela contratada conforme demanda da CONTRATANTE e os custos deverão estar inclusos no valor do aluguel dos equipamentos; tal ação visa a redução de desperdício de reagentes, considerando sazonalidade, estabilidade e prazo de validade;

5.4.3. A entrega dos reagentes deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a data de solicitação;

5.4.4. O prazo de validade dos controles e reagentes fornecidos deverá ser de no mínimo 06 (seis) meses a contar da data de recebimento na CONTRATANTE.

5.4.5. Os reagentes deverão apresentar-se prontos para uso, acondicionados em frascos devidamente vedados, que, mesmo após a abertura do lacre, não permitam vazamentos ou evaporação, mantendo estabilidade adequada por, no mínimo, 01 (um) mês após a abertura

5.4.6. Os reagentes deverão ser, obrigatoriamente, compatíveis com o equipamento disponibilizado na locação;

5.4.7. As manutenções preventivas* ficarão a cargo da CONTRATADA, que deverá apresentar cronograma contendo as datas previamente definidas e programadas;

5.4.8. As manutenções corretivas** deverão ser atendidas conforme demanda da CONTRATANTE. A solicitação será realizada via telefone ou e-mail, conforme acordado com a empresa ganhadora;

5.4.8.1. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica autorizada, incluindo o fornecimento de todas as peças necessárias e a mão de obra correspondente. O atendimento deverá ser iniciado no prazo máximo de 4 (quatro) horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado ou da notificação à CONTRATADA, devendo o equipamento estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir da notificação;

5.4.8.2. Caso não seja cumprido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a manutenção corretiva do equipamento, ou o prazo de até 03 (três) dias úteis para o fornecimento de insumos, a CONTRATADA deverá colocar, imediatamente, à disposição da CONTRATANTE equipamento similar, que funcione em perfeitas condições, ou providenciar o envio das amostras a laboratório terceirizado, responsabilizando-se pela retirada dos resultados e

pela entrega dos laudos na Subseção de Laboratório e Análises Clínicas (SsLAC) do GSAU-CT, arcando integralmente com os custos envolvidos;

5.4.9. A CONTRATADA deverá dispor de assessoria técnica/científica na cidade de Curitiba, em razão da obrigatoriedade de atendimento a todas as solicitações de assistência técnica no prazo máximo de 12 (doze) horas;

5.4.9.1. Deverá ser mantido canal de comunicação para sanar dúvidas quanto a operacionalização dos equipamentos, assim como uso de seus respectivos reagentes

5.4.9.2. O assessoramento técnico deverá ser iniciado a partir da notificação do fiscal do contrato ao preposto da CONTRATADA, com prazo máximo de atendimento de 04 (quatro) horas, devendo estar disponível diariamente, das 8h às 18h, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

5.4.10. Os custos referentes às manutenções preventivas e corretivas, bem como à substituição de quaisquer peças ou componentes dos equipamentos — ou, se necessário, à substituição do próprio equipamento —, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus extras a contratante.

5.4.11. Os controles de qualidade realizados pela contratante deverão apresentar reprodutibilidade, com coeficiente de variação no valor de referência do reagente em até 10% e sensibilidade e especificidade de, no mínimo, 95%;

*Entende-se por manutenção preventiva (MP), todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter o equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento. Além disso, a manutenção preventiva tem por finalidade prevenir a ocorrência de defeitos e/ou alterações nos equipamentos. Ela é obrigatória e deverá ser realizada com a periodicidade necessária para cada tipo de equipamento, conforme a recomendação do fabricante. A CONTRATADA comprometer-se-á, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, apresentar um cronograma de preventivas, com assinatura do responsável técnico pelos serviços.

**Entende-se por manutenção corretiva, a série de procedimentos destinados a restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos que porventura apresentem problemas. Os reparos necessários deverão ser realizados por profissionais de comprovada capacidade técnica e respeitando às atribuições concedidas a estes pelo sistema CONFEA/CREA, além de serem qualificados tecnicamente para os devidos procedimentos referidos no objeto do contrato. Entende-se também, por manutenção corretiva, todos os procedimentos destinados a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento, compreendendo inclusive substituições de peças se necessário, de acordo com os manuais técnicos do fabricante e normas estabelecidas. Essa prestação de serviço se dará sem limitação de chamados ou horas, nos dias e horários de funcionamento normal da CONTRATANTE.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, insumos, acessórios, softwares, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e com a qualidade exigida, incluindo, mas não se limitando a:

5.5.1. Equipamentos analisadores de hematologia, com todos os seus módulos, acessórios e periféricos necessários ao pleno funcionamento;

5.5.2. Reagentes, calibradores, controles de qualidade interno e demais insumos indispensáveis à realização dos exames deverão ser disponibilizados sem custos extras;

5.5.2.1. A contratada deverá fornecer os reagentes de acordo com a quantidade solicitada pela contratante e conforme necessidade, até o quantitativo máximo estipulado na tabela do item 1.1. do TR;

5.5.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar amostras de controle de qualidade em três níveis (baixo, normal e alto) para hematologia, em quantidade suficiente para a realização de, no mínimo, uma análise diária;

5.5.2.2.1. As amostras de controle deverão ser fornecidas dentro do prazo de validade, devendo a CONTRATADA providenciar sua reposição em tempo hábil antes do vencimento, de modo a não comprometer a continuidade do controle de qualidade;

5.5.2.2.2. A CONTRATADA deverá, ainda, observar a estabilidade das amostras conforme especificações do fabricante, realizando a substituição sempre que o período de estabilidade for excedido;

5.5.2.2. Todos os reagentes elencados acima deverão ser entregues pronto para o uso no aparelho;

5.5.3. Consumíveis em geral, tais como cubetas, ponteiras, tubos de coleta, soluções de limpeza, diluentes e correlatos;

5.5.4. Sistemas, softwares operacionais e licenças necessárias ao funcionamento dos equipamentos, incluindo atualizações durante toda a vigência contratual;

5.5.4.1. A contratada deverá disponibilizar 01 (um) computador nas dependências do contratante e instalar, sem custo, software de trabalho e subsidiar sistema de interfaceamento compatível entre o equipamento e o sistema de gestão laboratorial em uso pela contratante, permitindo a intercambialidade de dados do equipamento com o sistema de gestão;

5.5.5. Materiais e insumos necessários à instalação, operação e manutenção dos equipamentos;

5.5.6. Ferramentas e peças de reposição para manutenção preventiva e corretiva;

5.5.7. Equipamentos de apoio, quando necessários (no-breaks, estabilizadores, impressoras, etc.);

5.5.7.1. Disponibilizar 01 (uma) fonte de alimentação elétrica própria que garanta o funcionamento do equipamento pelo período mínimo de 30 minutos quando da falta de energia elétrica no laboratório;

5.5.8. Treinamento operacional dos usuários e suporte técnico-científico;

5.5.9. Manuais técnicos e operacionais, em língua portuguesa;

5.5.10. O CONTRATADO deverá promover a substituição imediata de quaisquer materiais, insumos ou equipamentos que apresentem defeitos, avarias, inadequações ou desempenho insatisfatório, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Volume estimado mensal de aproximadamente 1.000 (mil) exames de hematologia;

5.6.2. Média diária de 50 (cinquenta) atendimentos, contemplando demandas de rotina e urgência;

5.6.3. Funcionamento da Subseção de Laboratório e Análises Clínicas (SsLAC) em regime de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, podendo haver atendimentos de excepcionais (urgências/emergências) fora desse horário;

5.6.4. Prazo de vigência contratual de 12 (doze) meses, admitida prorrogação nos termos da legislação vigente. O valor pago mensalmente será fixo durante os doze meses de cada intervalo contratual.

5.6.5. Disponibilização de 01 (um) equipamento analisar automatizado de hematologia, bem como seus insumos, reagentes, calibradores e controles;

5.6.6. Fornecimento contínuo de reagentes, controles, calibradores e consumíveis, compatíveis com a demanda estimada;

5.6.7. Serviço de interfaceamento de dados com o software de gestão da SsLAC (COMPLAB – Mediarte);

5.6.7.1. A CONTRATADA será responsável pela implantação e manutenção do interfaceamento bidirecional durante toda a vigência do contrato, arcando integralmente com todos os custos decorrentes de sua implementação, operação e suporte.

5.6.8. Manutenções preventivas e corretiva dos equipamentos analíticos de hematologia, com previsão de solução de contingência em caso de falhas;;

5.6.9. Serviço de assessoria técnica e científica;

5.6.9.1. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento inicial a todos os usuários dos equipamentos, bem como realizar treinamentos de reciclagem sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

5.6.10. Serviço de tratamento do resíduo gerado pelo equipamento analítico.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **12 (doze)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7.1. Tal solicitação justifica-se como prerrogativa de não havendo pleno cumprimento do contrato, a contratante será ressarcida, ou seja, o valor estipulado será utilizado para pagamento de multa ou ressarcimento em caso do não cumprimento dos prazos ou qualquer prejuízo financeiro praticado pela contratada.

5.7.2. A garantia também é uma forma da empresa contratada provar que possui equilíbrio financeiro e condições de arcar com o que é necessário para entregar o serviço ao órgão público.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Havendo findado o contrato e realizado o encerramento de todas as pendências contratuais, a empresa ficará responsável pela retirada do equipamento, bem como de todos os insumos, consumíveis e reagentes de uso do equipamento, garantindo a integridade do local de instalação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo A.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 07 (sete) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de um mês, ou seja, 28, 30 ou 31 dias, contados a partir da data de emissão da última nota fiscal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/04/2026.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.42. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.43. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a

legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação..

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de locação de equipamentos hematológicos com fornecimentos de insumos, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) e Certificado de Boas Práticas de Armazenagem e Distribuição, emitido pela ANVISA dentro do prazo de validade, relativo ao seu Centro de Distribuição que atenderá o contrato, com a finalidade que garantia de completa rastreabilidade dos produtos ofertados, nos termos da RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA;

9.14.1. A Empresa fornecedora deverá apresentar cópia da Autorização de Funcionamento da Empresa, junto à ANVISA; Cópia da Licença Sanitária (em caso de falta da licença, pode-se aceitar o protocolo, desde que o mesmo tenha sido distribuído no prazo máximo de 120 dias corridos); Cópia da publicação do DOU ou da RE emitida pela ANVISA do registro do equipamento e dos reagentes; Apresentar Certidão de Regularidade Técnica, do ano em exercício, expedido pelo órgão competente. A empresa participante, caso não seja a fabricante do material a ser fornecido, deverá apresentar para os produtos cotados na licitação, a Declaração do titular dos registros no Ministério da Saúde, credenciando-o comercializar seus produtos;

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

Qualificação Técnico Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 5 (cinco) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico Profissional

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

9.37. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 122.593,32 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/120072;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 229166;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

V) Plano interno: CG1909E269.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Curitiba, 22 de abril de 2026.

1º Ten QOCON Farm Bio KAREN Jiane Villwock

Presidente da comissão de contratação

1º Ten QOCON Farm Bio LIVIA Viesser

Membro da comissão de contratação

SO QSL Bruno dos Santos FIGUEIRA

Membro da comissão de contratação

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

14. ANEXO II

..

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KAREN JIANE VILLWOCK

Membro da comissão de contratação

LIVIA VIESSER

Membro da comissão de contratação

BRUNO DOS SANTOS FIGUEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR - anexo A.pdf (135.23 KB)

ANEXO A

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Contrato de locação de equipamentos de hematologia e coagulação

1. Objetivo

Estabelecer critérios objetivos para avaliação do desempenho da CONTRATADA na prestação dos serviços de locação, manutenção e suporte técnico de equipamentos de hematologia e coagulação, vinculando o resultado à eventual aplicação de glosas e penalidades.

2. Metodologia de avaliação

A avaliação será realizada mensalmente pelo fiscal do contrato, com base em indicadores de desempenho, registros operacionais, ordens de serviço, relatórios técnicos e controles internos do laboratório (ANEXO A).

3. Indicadores de desempenho

3.1 Disponibilidade dos equipamentos

Indicador: Percentual de tempo em que os equipamentos permanecem operacionais.

Meta: $\geq 98\%$

Cálculo: $(\text{Tempo total disponível} - \text{tempo de indisponibilidade}) \div \text{tempo total} \times 100$

Critério de avaliação:

- $\geq 98\% \rightarrow$ Conforme
- 95% a 97,9% \rightarrow Parcialmente conforme
- $< 95\% \rightarrow$ Não conforme

3.2 Tempo de atendimento técnico

Indicador: Prazo para início do atendimento após abertura de chamado.

Meta: ≤ 4 horas

Critério de avaliação:

- Até 4h \rightarrow Conforme
- 4h a 8h \rightarrow Parcial
- 8h \rightarrow Não conforme

3.3 Tempo de solução de falhas

Indicador: Prazo para restabelecimento do funcionamento.

Meta: ≤ 24 horas

Critério de avaliação:

- Até 24h \rightarrow Conforme
- 24h a 48h \rightarrow Parcial
- 48h \rightarrow Não conforme

3.4 Fornecimento de insumos

Indicador: Regularidade no fornecimento de reagentes e consumíveis.

Meta: 100% de abastecimento contínuo

Critério de avaliação:

- Sem falta → Conforme
- Falta pontual sem impacto → Parcial
- Falta com impacto → Não conforme

3.5 Controle de qualidade

Indicador: Disponibilidade e conformidade dos controles de qualidade interno.

Meta: 100% dos dias com controle realizado

Critério de avaliação:

- 100% → Conforme
- $\geq 95\%$ → Parcial
- $< 95\%$ → Não conforme

3.6 Interfaceamento e sistema

Indicador: Funcionamento do interfaceamento bidirecional de dados.

Meta: Operante continuamente

Critério de avaliação:

- Sem falhas → Conforme
- Falhas intermitentes → Parcial
- Inoperante → Não conforme

3.7 Treinamento e suporte técnico

Indicador: Atendimento às demandas de treinamento e suporte técnico.

Meta: 100% das solicitações atendidas

Cálculo: (Número de solicitações atendidas no prazo ÷ número total de solicitações) × 100

Critério de avaliação:

- $\geq 100\%$ dentro do prazo → Conforme
- 90% a 99% dentro do prazo → Parcialmente conforme
- $< 90\%$ dentro do prazo → Não conforme

4. Sistema de pontuação

Situação	Pontuação
Conforme	10 pontos
Parcialmente conforme	5 pontos
Não conforme	0 pontos

5. Cálculo do resultado

- Soma dos pontos obtidos ÷ total de pontos possíveis × 100

6. Faixas de desempenho e consequências

Desempenho (%)	Classificação	Consequência
$\geq 90\%$	Adequado	Pagamento integral
80% a 89%	Regular	Advertência
70% a 79%	Insatisfatório	Glosa de até 10%
$< 70\%$	Crítico	Glosa + sanções

7. Penalidades e Glosas

O não atendimento dos indicadores poderá ensejar:

- Aplicação de glosas proporcionais
- Advertência formal
- Multas contratuais
- Outras sanções previstas no contrato

8. Disposições finais

A aferição dos indicadores será registrada em relatório mensal, devendo a CONTRATADA ser formalmente notificada em caso de não conformidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

ANEXO A

Tabela 1. Avaliação mensal do desempenho da empresa contratada para o serviço de locação do equipamento de hematologia e coagulação

Mês de referência: _____

Critérios	Indicadores de desempenho	Critério de avaliação	Pontuação
1	Disponibilidade dos equipamentos		
2	Tempo de atendimento técnico		
3	Tempo de solução de falhas		
4	Fornecimento de insumos		
5	Controle de qualidade		
6	Interfaceamento e sistema		
7	Treinamento e suporte técnico		

Sistema de pontuação conforme critério de avaliação

- Conforme: 10 pontos
- Parcialmente conforme: 5 pontos
- Não conforme: 0 pontos

Cálculo do resultado: soma dos pontos obtidos ÷ 70 × 100 = (%) de desempenho

Resultado: _____

Classificação: _____

Consequência: _____

Curitiba, de de .

Fiscal do contrato



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de referência
Data/Hora de Criação:	14/05/2026 14:03:05
Páginas do Documento:	32
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	33
Hash MD5:	cf54bbe773812ebdae5d124d9acf84ef
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LIVIA VIESSER no dia 14/05/2026 às 11:35:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten KAREN JIANE VILLWOCK no dia 14/05/2026 às 11:41:42 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial BRUNO DOS SANTOS FIGUEIRA no dia 14/05/2026 às 12:22:35 no horário oficial de Brasília.